

01 set 2008 / 15:41

O País precisa de mais professores!

Desde que tomou posse e na linha dos anteriores Governos, o executivo Sócrates especializou-se em medidas que cavam cada vez mais fundo o desemprego e a precariedade no trabalho dos professores, sublinha uma nota divulgada pela FENPROF aos jornalistas no dia 1 de Setembro, nas capitais de distrito.

Esta é a data em que um maior número de professores entra, em simultâneo, na situação de desemprego. É um dia dramático para milhares deles e para as suas famílias; é um dia em que se tornam ainda mais visíveis, nesta área, os resultados das erradas opções de quem governa, alerta Federação.

A FENPROF voltou de novo a fazer a denúncia desta grave situação, alertando a opinião pública para a inaceitável dimensão do desemprego docente e, ao mesmo tempo, "denunciando a crescente precariedade em que milhares de profissionais qualificados para o exercício da profissão são obrigados a desenvolver a sua actividade".

"Generaliza-se o recurso ilegal a recibos verdes e aumentam-se os horários de trabalho, reduz-se o direito a férias ou a licenças por doença. Deixa-se na mão dos empregadores concessionados pelas autarquias para as AEC a capacidade de empregar e de despedir sem fiscalização", realça a FENPROF.

"Agência para o desemprego"

Já vários governantes, a começar por José Sócrates e Maria de Lurdes Rodrigues, fugiram à denúncia desta situação declarando, com cinismo, que o Governo não é uma "agência de emprego". Mas o que a FENPROF exige é que, de uma vez por todas, o actual Governo deixe de se portar como uma obstinada "agência para o desemprego" dos professores e que tome medidas de acordo com os interesses do país e tendo em conta os recursos humanos que este, afinal, e ao contrário de outros, ainda possui.

Nesse sentido, em todo o País, no dia 1 de Setembro, a denúncia decorreu à porta dos Centros de Emprego, locais onde foram distribuídos comunicados à população. Em Lisboa, a acção decorreu junto a uma das entradas da Loja do Cidadão das Laranjeiras (Rua Abranches Ferrão), durante a tarde, com a presença de vários professores contratados e desempregados e dirigentes sindicais, entre os quais o secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira, e outros elementos do Secretariado Nacional da Federação, como Óscar Soares, Manuel Grilo, João Louceiro e António Anes.

Mário Nogueira alertou para situação dos cerca de 40 mil professores que ficam no desemprego, "número superior ao do ano passado", e recordou propostas fundamentais da FENPROF para a resolução deste grave problema do País.

Como destaca o documento divulgado no dia do arranque oficial do trabalho nas escolas neste novo ano lectivo, dos mais de 50 000 candidatos ao concurso para a contratação de docentes para a Educação Pré-Escolar e os Ensinos Básico e Secundário, **cerca de 75% não vão conseguir exercer as funções para que estão qualificados e das quais o País tanto necessita**. Muitos deles, aliás, encontram-se já na situação de desemprego desde há alguns meses ou mesmo desde há alguns anos. Fruto de orientações estabelecidas pelo Governo, muitos viram **cessar os seus contratos antes do final do ano lectivo de modo a não lhes ser pago o período de férias...**

É elevado, também, o número dos que o Governo empurrou para **o exercício de funções a "recibo verde"**. Neste dia, são milhares os professores obrigados a requerer o subsídio de desemprego, porém, há cerca de 15 000 que, tendo estado em funções nas Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico, nem sequer o podem fazer, precisamente por terem sido obrigados a exercer funções a "recibo verde", como observou Mário Nogueira.

Ensino Superior

Há, ainda, que acrescentar a **ameaça de despedimentos que se agiganta nas instituições de Ensino Superior**, face aos agravados problemas de sub-financiamento. Acrescentar, ainda, os níveis de precariedade que aí se verificam, sendo **mais de 70% os "precários" existentes no Ensino Superior Politécnico**.

A dimensão do desemprego docente é, para os governos por ela responsáveis, um incómodo político difícil de justificar. Num país que mantém graves carências no sistema educativo e em que as qualificações da população activa se mantêm abaixo da média da UE, **é uma perigosa irresponsabilidade o desperdício dos profissionais docentes** que são remetidos para o desemprego, obrigados a situações de comprometedor precariedade ou, ainda, a recorrer a outras formas de ocupação em que são desperdiçados os seus saberes profissionais.

O actual Governo produziu uma fórmula vergonhosa para disfarçar o problema que agravou desde a sua tomada de posse, ao impor uma "prova de ingresso" na profissão, inscrita no Estatuto da Carreira Docente: com ela, pretende **ocultar os números de professores desempregados**.

Edificantes declarações de governantes vão sendo pontuadas com apelos ao "regresso" às escolas e com auto-congratulações por estatísticas que propagandeiam o pretenso êxito de tais apelos. Aquelas juntam-se outras que descrevem milagrosos sucessos das medidas governamentais como, ainda recentemente, a propósito dos resultados de alguns exames. Em sentido contrário aos

cenários descritos, o elevado número de professores arredado do exercício da sua profissão ou que a exerce em condições de enorme precariedade persiste e agrava-se. Não é assim que se podem esperar verdadeiros saltos qualitativos na Educação em Portugal, conclui a FENPROF.